

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS CURSOS TÉCNICOS NO INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, CAMPUS CAMAÇARI¹

SUZETE VIANA NASCIMENTO*

Resumo

Este artigo objetiva apresentar o resultado de uma pesquisa de mestrado a respeito da avaliação da política pública de educação profissional, do ponto de vista da efetividade e eficácia das ações voltadas para a formação técnica, no que tange ao processo e resultado da implantação da política pública de educação profissional no Instituto Federal da Bahia — *Campus Camaçari*. Para tanto, adotou-se como abordagem metodológica o estudo de caso, com a realização de entrevistas semiestruturadas com os administradores e coordenadores de curso e aplicação de questionários aos estudantes egressos dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica na modalidade integrada. Para o tratamento dos dados, optou-se pela análise de conteúdos. A partir da análise dos dados, foram verificados fatores que dificultam o aumento do número de concluintes nos cursos. Constatou-se, também, que a maioria dos estudantes pesquisados deu continuidade aos estudos por meio do ingresso em cursos de nível superior e que, para eles, os conteúdos do curso técnico de nível médio contribuem para o acompanhamento dos conteúdos no nível superior. Em relação à inserção profissional dos egressos, verificou-se que o Curso de Informática apresenta fragilidades quanto ao seu alinhamento com as demandas da região. Para o curso de Eletrotécnica, por sua vez, verificou-se um mercado de trabalho em ascensão no município de Camaçari, tendo em vista o Polo Industrial. A análise dos dados comprovou, ainda, a existência de fragilidades na implantação do *campus* e dos cursos técnicos na modalidade integrada. O Instituto Federal da Bahia — *Campus Camaçari* tem adotado algumas ações internas e esta pesquisa aponta outras que precisam ser implantadas, sendo necessárias, no entanto, iniciativas de caráter mais amplo para corrigir os aspectos identificados, pelo Governo Federal, a fim de contribuir para o sucesso da política pública em questão. Diante dos resultados, algumas recomendações foram feitas para o aprimoramento da política pública de educação profissional, em especial as ações voltadas para o ensino técnico de nível médio na modalidade integrada.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Avaliação de Políticas Públicas; Educação Profissional.

1 O presente artigo é resultado da pesquisa de Mestrado em Administração intitulada “Avaliação da política pública de educação profissional: eficácia e efetividade dos cursos técnicos no Instituto Federal da Bahia — *Campus Camaçari*”, sob orientação do professor doutor Reginaldo Souza Santos.

* Graduada em Pedagogia pela Uneb e mestre em Administração pela Escola de Administração da Ufba. E-mail <suzetevia10@gmail.com>.

Abstract

This article presents the result of a research of master's degree regarding the evaluation of the public politics of professional education, considering the effectiveness and efficiency of the actions aiming technical formation, in what it refers to the process and result of the implantation of the public politics of professional education in the Federal Institute of the Bahia — Camaçari Campus. It was adopted as methodological boarding the case study, with the accomplishment of interviews semistructured with the administrative and Courses' coordinators and application of questionnaires to the students graduated in Electrotechnical Computer technician courses science and in the integrated modality. For the treatment of the data, it was opted to the analysis of contents. From the analysis of the data, factors were verified that make difficult increasing the number of students in the courses. It was evidenced, also, that the most of the searched students continued to the studies by means of the entrance in courses of superior level and that, for them, the contents of the technical course of average level contribute for the accompaniment of the contents in the superior level. In respect to the professional insertion of the graduated, it was verified that the Course of Computer Science presents fragilities how much to its alignment with the demands of the region. For the course of Electrotechnical, in turn, a market of work in ascension in the city of Camaçari was verified, at Industrial Complex. The analysis of the data proved, still, the existence of fragilities in the implantation of the campus and the courses technician in the integrated modality. The Federal Institute of the Bahia ? Camaçari Campus has adopted some internal actions and this research points others that they need to be implanted, being necessary, however, initiatives of ampler character to correct the identified aspects, on the part of the federal government, in order to contribute to the success of the public politics in question. Ahead of the results, some recommendations were made for the improvement of the public politics of professional education, in particular the actions directed to education technician of average level in the integrated modality.

Keywords: Public Policy; Public Policy Evaluation; Professional Education.

Introdução

A educação profissional no Brasil passa por transformações decorrentes de reformas na própria educação. A Lei n.º 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelece que o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Já o Decreto n.º 5.154, de 2004, reintroduziu a formação integrada na qual os alunos voltam a ter matrícula única na educação técnica de nível médio. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, (Setec/MEC), responsável pela construção de políticas públicas na área da educação profissional e tecnológica, vem promovendo ações nesse sentido tais como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e a articulação entre ensino médio e educação profissional por meio de cursos técnicos na modalidade integrada.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que ocorre por meio da ampliação do número de Institutos Federais (IF's) no País, vem aumentando o número de vagas na educação profissional. As políti-

cas educacionais do Governo Federal, nos últimos tempos, têm trazido novas perspectivas e desafios para ampliar o acesso da população a essa modalidade educacional com a necessidade de investir na qualidade de ensino e na garantia da permanência e do sucesso na conclusão dos cursos.

No entanto, a educação profissional no Brasil não conta com um sistema de avaliação nacional que, de forma sistemática, avalie a eficácia e a efetividade dos cursos e programas ofertados nessa modalidade. Assim, a pesquisa traz contribuições para aprimorar as políticas de educação profissional no IFBA — *Campus Camaçari* mediante avaliação das ações desenvolvidas na formação técnica de nível médio, modalidade integrada.

Este estudo teve o objetivo de avaliar, do ponto de vista da efetividade e da eficácia das ações voltadas para a formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional no IFBA — *Campus Camaçari*. Além de mapear os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dos cursos técnicos, buscou verificar os efeitos das ações voltadas para a formação técnica, no que tange à inserção acadêmica e profissional dos egressos dos cursos técnicos, no âmbito da política pública de educação profissional ali implantada.

A implantação do IFBA — *Campus Camaçari* faz parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional que, de acordo com o MEC, tem o objetivo de interiorizar e ampliar o acesso à educação profissional no país (Ministério da Educação, 2014). Diante desse contexto, torna-se necessário caracterizar a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, avaliando a política pública de educação profissional.

Políticas Públicas

Conforme afirma Cavalcanti (2012), as políticas públicas compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação de valores políticos, ideológicos, filosóficos, entre outros.

Teixeira (2002), por sua vez, define políticas públicas como diretrizes que norteiam a ação do poder público, demarcando que tais políticas podem ser explícitas, mas também considerando as omissões como formas de manifestações das políticas públicas. Já para Santos et al. (2007), a ação do Estado no sistema capitalista é voltada para atender a uma insatisfação da sociedade ou ocorre pelo desinteresse ou, ainda, pela incapacidade do capital. Desse modo, situam as políticas públicas no contexto do Estado

capitalista e, a partir dos conceitos por eles apresentados, percebe-se que política pública pode ser entendida como as decisões e ações do poder público. Pode-se, ainda, compreender que as políticas públicas partem da insatisfação da sociedade, ou seja, de um problema de relevância social, a partir de decisões e ações do Estado a fim de satisfazer as necessidades dos indivíduos.

Teixeira (2002) aponta, também, que a concepção de políticas públicas varia conforme a orientação política, retratando o cenário atual marcado pela orientação neoliberal. Analisando quais são os impactos desse cenário para a formulação de políticas públicas, o autor afirma:

Com a predominância do neoliberalismo, o caráter das políticas se modifica. Uma política pública requer a intervenção do Estado em várias áreas de atuação dos indivíduos e, para o neoliberalismo, o equilíbrio social é resultante do livre funcionamento do mercado, com um mínimo de ação do Estado. Deve existir o mínimo de regulamentação possível, as políticas distributivas devem compensar desequilíbrios mais graves e, portanto, passam a ter o caráter cada vez mais seletivo e não universalizante; as políticas redistributivas não são toleradas, por que atentam contra a liberdade do mercado e podem incentivar o parasitismo social (Teixeira, 2002, p. 3).

Santos et al. (2007) discutem acerca desse cenário marcado pelo neoliberalismo. Em sua análise, os autores evidenciam que o discurso ideológico construído e posto em prática pela corrente neoliberal defende a ineficiência dos serviços públicos gerenciados pelo Estado. Assim, o papel do Estado está restrito à criação das condições para o crescimento do capitalismo por meio da desestatização e da constituição de normas legais que garantam o acesso da iniciativa privada como executora dos serviços públicos. Esse discurso neoliberal é criticado pelos autores, já que atende aos interesses de expansão do sistema capitalista. Ainda segundo Santos et al. (2007), os serviços públicos de interesse da iniciativa privada são transferidos para a sua responsabilidade, ao passo que áreas que não interessam à iniciativa privada são desmanteladas.

O Brasil é um país extremamente desigual no qual problemas sociais básicos ainda não foram resolvidos e onde se instalam o discurso e as práticas neoliberais, sendo, portanto, as políticas sociais imprescindíveis para

a melhoria do quadro social. Nesse sentido, a ação do Estado por meio das políticas públicas no âmbito social se torna um imperativo.

Ainda de acordo com Santos et al. (2007), quando se fala em formular e implantar uma política social, a sociedade o faz por conta de alguma insatisfação em relação ao mercado, que não consegue distribuir adequadamente a riqueza produzida pelo esforço social, o que deve ser feito pelas políticas sociais do Estado. No entanto, consideram que as políticas sociais, em especial na periferia do sistema capitalista, têm funcionado como um paliativo, favorecendo financeiramente a classe dominante, pois a sua execução está, na maioria das vezes, a cargo de empresas privadas e seus benefícios não são distribuídos de forma justa socialmente. Nesse sentido, em geral, o Estado tem atuado por meio de políticas compensatórias e assistencialistas que, no Estado capitalista, estão ficando mais distantes dos seus objetivos, tornando-se mais particulares e menos universais.

Santos (2002) postula que, no contexto brasileiro, a caracterização da política social não tem passado de ações isoladas e implementadas em razão de se evitar um colapso social, ressaltando a desarticulação entre estas ações.

Tanto Teixeira (2002) quanto Santos et al. (2007) mostram que a abordagem neoliberal tem marcado o contexto atual, trazendo implicações para as políticas públicas, em especial, para as políticas sociais.

Avaliação de políticas públicas

A necessidade de conhecer do ser humano está ligada ao seu desejo de compreender, explicar, julgar e modificar o real. A curiosidade humana direciona o pensamento a um julgamento de valor. Nesse sentido, qualquer forma de avaliação envolve um julgamento, a atribuição de um valor a uma política ou programa público (Fagundes & Moura, 2009).

Para Ramos & Schabbach (2012), a avaliação de políticas públicas é constituída na determinação de valor de uma atividade, programa ou política, um julgamento sistemático e objetivo. Esta avaliação, ao apresentar dimensão valorativa, contempla aspectos qualitativos, não sendo, dessa forma, o mero acompanhamento das ações governamentais.

Chama a atenção, nas definições de avaliação de políticas públicas, a presença do julgamento e atribuição de valor. Sob esse aspecto, Souza (2009) considera que as definições de avaliação são muitas, mas em quase todas

elas, a atribuição de valor é uma característica constante. A partir dessa perspectiva, pode-se perceber que a avaliação de políticas públicas não consiste em mera mensuração de dados, pois parte da leitura de dados e informações para criar um juízo de valor.

A literatura sobre avaliação de políticas públicas costuma, ainda, distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência. Minayo (2011) entende que a avaliação consiste na realização de um conjunto de atividades que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação e resultados. De igual modo, Draibe (2001) aponta que a pesquisa de avaliação de políticas públicas busca verificar a eficácia, eficiência e *accountability* das ações, além de detectar dificuldades e obstáculos e produzir recomendações que possibilitem corrigir os rumos do programa ou difundir aprendizagens.

As políticas sociais são imprescindíveis para diminuir as desigualdades presentes nas diversas regiões do País e a educação profissional como política social pode representar a ampliação de oportunidades de formação e de inserção social, sendo, por isso, necessária a sua avaliação.

Educação Profissional

Ao longo da história da educação profissional no Brasil, esta modalidade de ensino vem passando por transformações que levam a avanços e recuos. A história da Rede Federal de Educação Profissional teve início oficial no País, em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto n.º 7.566/1909 que, segundo afirmam Sampaio & Almeida (2009), foi um marco na educação profissional brasileira. Mais tarde, as Escolas de Aprendizes Artífices deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet's) que, atualmente, foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei n.º 11.892, de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais.

A história da educação profissional no País é marcada pelo dualismo entre a formação acadêmica, voltada para a elite, e a formação para o trabalho, destinada aos filhos da classe trabalhadora. Na gênese da educação profissional no País, com as Escolas de Aprendizes e Artífices, já é perceptível tal tendência, por se tratar de uma educação profissional desti-

nada à população pobre mediante uma formação voltada para o trabalho manual com caráter assistencialista.

Ciavatta & Ramos (2011), ao discutirem sobre a trajetória da educação profissional no País, destacam a dualidade mencionada e reiteram a necessidade de construção de um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação profissional e formação geral, deslocando o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores.

Neste sentido, qual seria o propósito do ensino médio? Preparar os jovens para a universidade ou preparar para o mercado de trabalho? Tal questão apresenta uma dicotomia que, historicamente, tem marcado a educação brasileira. A proposta do ensino médio integrado, porém, apresenta outro direcionamento com o objetivo de superar essa dualidade educacional.

Para Ciavatta & Ramos (2011), a integração entre o ensino médio e a educação profissional é algo mais amplo do que relacionar processos formativos próprios em um mesmo currículo. O sentido atribuído pelas autoras compreende a integração como uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida — o trabalho, a ciência e a cultura — no processo formativo, tendo como base a concepção de trabalho como princípio educativo.

Destacam, ainda, que a educação integrada no Brasil, que tem o trabalho como princípio educativo, é necessária, especialmente no ensino médio, por dois motivos: o primeiro é de caráter econômico, pois os jovens e adultos da classe trabalhadora brasileira têm dificuldade de, por si próprios, traçar uma carreira escolar em que a profissionalização — de nível médio ou superior — seja um projeto posterior à educação básica; já a segunda se refere ao caráter dual da educação brasileira e à correspondente desvalorização da cultura do trabalho pelas elites e pelos segmentos médios da sociedade, tornando a escola refratária a esta cultura e suas práticas (Ciavatta & Ramos, 2011).

Ao trazerem contribuições para melhor compreensão do processo de implantação do ensino médio integrado, Ciavatta & Ramos (2011) afirmam que estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de sua implantação desde que apoiada por um projeto firme e coerente para a sua realização, o que supõe: a superação da mentalidade conservadora dos padrões pedagógicos vigentes assim como

de posições políticas adversas ao discurso da formação integrada e da educação emancipatória que tenha por base a crítica à sociedade de mercado; a gestão e a participação democrática nas instituições educacionais; o estudo e a qualificação conceitual e prática dos professores; o envolvimento do quadro docente permanente e a transformação dos vínculos precários de trabalho para proporcionar a todos os professores condições materiais (instalações, laboratórios, etc.); e condições dignas de trabalho, salariais, de carreira e compromisso com as instituições.

Nesse sentido, Frigotto (2007) indica que a proposta de ensino médio integrado à educação profissional implica a necessidade de condições físicas, materiais e de trabalho docente adequadas, a fim de fortalecer as redes de educação profissional no País.

A partir das reflexões de Ciavatta & Ramos (2011) e Frigotto (2007), o que se pode perceber é que a implantação do ensino médio integrado na perspectiva de uma educação profissional com uma base sólida de educação geral apresenta desafios e requer mudanças.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada na pesquisa caracterizou-se pelo estudo de caso que, segundo Yin (2010), é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto real. Desse modo, a opção pelo estudo de caso foi motivada pelo desejo de explicar um fenômeno em particular, em profundidade, identificado a partir da prática profissional.

O tipo avaliativo é uma das possibilidades do estudo de caso (Godoy, 2008). Segundo Patton (1990 apud Godoy, 2008), o estudo de caso avaliativo se preocupa em gerar dados e informações obtidos de forma empírica e sistemática a fim de julgar os resultados e a efetividade de um programa. Dessa forma, a pesquisa utiliza o estudo de caso do tipo avaliativo, pois se preocupa em avaliar, do ponto de vista da eficácia e efetividade das ações voltadas para a formação técnica, o processo e o resultado da implantação da política pública de educação profissional, em uma organização específica, o IFBA — *Campus Camaçari*.

Optou-se por avaliar os cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica, na modalidade integrada, ofertados no IFBA — *Campus Camaçari*, já que tais cursos apresentam a finalidade de promover uma formação em que se articula o ensino médio com a formação profissional.

O modelo de análise da pesquisa foi composto por conceitos, dimensões e indicadores. A pesquisa teve como conceito a avaliação de política pública. As dimensões utilizadas foram: implantação, subprocessos, metas e efeitos, com indicadores referentes à eficácia e efetividade, adaptados conforme os estudos desenvolvidos por Minayo (2011), Rippel (2007) e Draibe (2001).

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental. Após a leitura do referencial teórico e dos documentos, buscou-se analisar os principais documentos — leis, decretos, políticas, documentos institucionais, base de dados do Ministério da Educação (MEC) — a fim de identificar os parâmetros para implantação da política pública de educação profissional, as metas e objetivos traçados pelo MEC e os resultados previstos relacionados às ações voltadas para a formação técnica de nível médio.

Posteriormente, ocorreu a aplicação de questionários com estudantes egressos, para verificar os efeitos (inserção acadêmica e profissional) da política de educação profissional referentes aos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, ofertados no Ifba — *Campus Camaçari*.

Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com administradores do *Campus* e com os coordenadores de curso a fim de obter informações sobre a prática local, com o objetivo de mapear os fatores que contribuem para o sucesso ou fracasso dos cursos técnicos, no âmbito da implantação da política pública de educação profissional no Ifba — *Campus Camaçari*.

As informações coletadas na pesquisa de campo foram submetidas ao tratamento dos dados por meio da técnica de análise de conteúdo. O processo de análise de conteúdo contou com duas etapas: a primeira etapa ocorreu a partir da análise dos dados coletados em entrevistas e questionários a fim de identificar elementos relevantes e categorias fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa; já a segunda etapa visou à interpretação das categorias, levando-se em consideração os referenciais teóricos adotados na pesquisa.

Resultados e discussão

Com base na análise de dados, foi possível verificar que a criação de novos *campi*, bem como a interiorização e autonomia do Instituto Federal da Bahia são apontados, nos depoimentos dos membros da administração

e coordenação de cursos do Ifba — *Campus Camaçari*, como pontos positivos da expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

No entanto, por meio das entrevistas, foi possível verificar, também, fragilidades no processo de expansão a partir do contexto de implantação do Ifba — *Campus Camaçari*. Com os dados das entrevistas, notou-se que os critérios adotados para definição dos cursos implantados foram a realização de audiências públicas com a participação de diferentes atores do município e a otimização dos espaços físicos e do corpo docente. Desse modo, os depoimentos apontaram a necessidade de um estudo de demanda dos cursos a serem ofertados a fim de que sejam atingidos os propósitos da política pública.

Outro ponto negativo citado pelos administradores, relacionado à expansão da Rede Federal, foi a dificuldade de contratação de servidores para atender aos cursos técnicos. Alinhadas com os depoimentos dos administradores, as respostas dos estudantes também indicaram a dificuldade de contratação dos profissionais, apontando, ainda, a sobrecarga de trabalho dos docentes.

Verificou-se, também, a opinião dos administradores e coordenadores do *campus* sobre as condições de recursos físicos, humanos e materiais para a implantação dos cursos, relatando-se como principais dificuldades a já mencionada contratação de docentes para atender aos cursos e as dificuldades para montar os laboratórios. Outro fator diz respeito à questão do espaço físico limitado quando na sede provisória do *campus*. No entanto, ressaltaram a ampliação do espaço físico com a construção da sede própria do *campus*. Em convergência com o depoimento dos administradores e coordenadores dos cursos, os estudantes egressos destacaram a infraestrutura provisória e improvisada no espaço concedido pela prefeitura, no início das atividades do *campus*, e as melhorias na infraestrutura do *campus* com a construção da sede própria.

Foram identificados outros fatores dificultosos — ao longo da implantação do *campus* para execução dos cursos técnicos de nível médio — para que os cursos, no âmbito da política pública de educação profissional, atingissem os seus resultados, a saber: o currículo e a carga horária dos cursos; a falta de base do ensino fundamental dos estudantes que ingressam nos cursos técnicos; a evasão e a falta de maturidade do aluno, que ingressa muito jovem no curso para a escolha de uma profissão — todos sinalizados nos depoimentos dos administradores e coordenadores entrevistados.

No que diz respeito ao currículo e à carga horária dos cursos, os entrevistados apontaram para a carga horária elevada, já que no curso técnico de nível médio integrado é preciso atender às exigências do MEC para o ensino médio e para a habilitação profissional, aspecto para o qual evidenciaram a necessidade de mudanças no currículo. Outro fator destacado como entrave pela coordenação está relacionado à evasão dos estudantes por conta do ingresso no ensino superior pelo Exame Nacional do Ensino médio (Enem).

Constatou-se, assim, que a evasão e a repetência dos estudantes no *campus* diminuem a taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, estando a evasão e a repetência associadas a fatores como a precária base do ensino fundamental dos estudantes, necessária para acompanhar os conteúdos do curso técnico de nível médio, além da vulnerabilidade social dos estudantes e o corte nos recursos da assistência estudantil — orçamento necessário para atender às demandas dos alunos em situação de vulnerabilidade social que precisam das bolsas e auxílio para permanecerem nos cursos.

Internamente, o Ifba — *Campus Camaçari* tem adotado iniciativas a fim de diminuir a evasão e a repetência, na tentativa de promover a permanência e o êxito do estudante para a conclusão do curso, tais como cursos de nivelamento, cursos de reforço, horário do professor para atendimento ao aluno e acompanhamento pelos setores de apoio ao estudante, como a Pedagogia e o Serviço Social.

Percebe-se, no entanto, a necessidade de articulação entre a política de educação profissional e as demais políticas sociais. A Educação profissional precisa estar atrelada à melhoria da qualidade da educação básica, além da articulação entre a política de educação profissional e as políticas de distribuição de renda.

Ciavatta & Ramos (2011) apontam como necessária uma política consistente de profissionalização do ensino médio que esteja alinhada com a concepção de integração entre trabalho, ciência e cultura, proposta nos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada cuja concepção busca superar a dualidade entre a formação geral e a profissional.

Desse modo, um ponto que merece destaque na formação no curso técnico na modalidade integrada é a proposta de uma formação crítica. O próprio Ifba apresenta como parte da sua missão a promoção da formação do cidadão histórico-crítico. Neste quesito de formação cidadã, verificou-se

que 87,9% dos egressos respondentes consideraram que os conteúdos ministrados ao longo do curso técnico de nível médio contribuíram para uma formação crítica e cidadã. Destacam-se como fatores que contribuíram para tal formação, segundo a opinião dos egressos respondentes, a contribuição das disciplinas Propedêuticas e Humanidades, além da importância da qualificação dos professores para a formação crítica e cidadã.

Em relação à continuidade dos estudos no nível superior, verificou-se que 84,8% dos egressos pesquisados dos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica ingressaram no nível superior durante ou após a conclusão do curso técnico de nível médio. Dos egressos que cursam ou cursaram o nível superior, 90% dos pesquisados dos dois cursos técnicos afirmaram que conseguiram acompanhar os conteúdos deste nível, atribuindo, para isso, importância ao curso técnico de nível médio.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, constatou-se que 51,5% dos estudantes egressos respondentes da pesquisa estão trabalhando e 48,5% estão desempregados. Verificou-se que, na avaliação dos egressos participantes da pesquisa, o mercado de trabalho em Camaçari na área técnica em Informática é escasso, para maioria dos respondentes; já na avaliação da maior parte dos respondentes egressos do curso técnico de Eletrotécnica, na região de Camaçari, há um mercado amplo, bom e em ascensão.

Por sua vez, os relatos dos administradores e coordenadores do *Campus* Camaçari, que corroboram as opiniões dos alunos respondentes, apresentaram a opinião sobre a questão do alinhamento dos cursos técnicos com as demandas das empresas da região. Com base nos seus depoimentos, evidenciaram-se problemas relacionados ao mercado de trabalho na área de Técnico em Informática, no município de Camaçari, enquanto, na área de Eletrotécnica, existe a referência de alinhamento do curso com as demandas das empresas da região. A falta de alinhamento do Curso de Informática com as demandas do município de Camaçari remete à necessidade de estudos de demanda para definição dos cursos que irão ser implantados.

Nota-se que, de um lado, a política de expansão da rede de educação profissional tem o intuito de promover processos formativos alinhados com o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento da educação profissional associado às demandas sociais e locais; de outro, essa política prevê a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

O MEC impõe limites para contratar docentes e para laboratórios, o que influenciou a definição dos cursos técnicos do Ifba — *Campus Camaçari* e culminou na opção por um curso técnico que demonstra problemas relacionados às demandas do mercado de trabalho no município de Camaçari.

Conclusão

Ao longo do estudo, pela análise dos dados, constatou-se que existem fragilidades na implantação do *campus* e na execução dos cursos técnicos na modalidade integrada, relacionadas à estrutura física inicial do *campus* — instalado em uma estrutura provisória cedida pela prefeitura —, às dificuldades na montagem de laboratórios e na contratação de servidores e à necessidade de um estudo de demanda dos cursos implantados para que estejam alinhados com as demandas locais.

Além das fragilidades mencionadas, constatou-se a diminuição da taxa de conclusão dos cursos técnicos de nível médio, na modalidade integrada, motivada pelas evasões e repetências. Estas, por sua vez, estão associadas a fatores como a precária base do ensino fundamental dos estudantes que ingressam no nível técnico, além da vulnerabilidade social dos estudantes e do corte nos recursos da assistência estudantil, orçamento necessário para atender às demandas dos alunos que precisam das bolsas e auxílio para permanecerem nos cursos. Cabe ressaltar que, além destes fatores, dificulta o aumento do número de concluintes dos cursos a evasão dos discentes devido ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Salienta-se que o *Campus* Ifba — Camaçari tem adotado iniciativas visando a diminuir a evasão e a repetência tentando promover a permanência e êxito dos estudantes para concluir os cursos técnicos, como os cursos de nivelamento, extensão e reforço, além de horário do professor para atender ao aluno e do acompanhamento pelos setores de apoio ao estudante.

Contudo, para além das ações internas do Ifba — *Campus* Camaçari, são necessárias outras iniciativas de caráter mais amplo do Governo Federal, a fim de contribuir para o sucesso da política de educação profissional. Diante das dificuldades constatadas no estudo, relacionadas à falta de base do ensino fundamental dos discentes e à vulnerabilidade social como fatores que influenciam a evasão e a repetência nos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, tornam-se urgentes políticas que atuem na melhoria da qualidade do ensino fundamental e de distribuição de renda.

Outros fatores apontados como dificuldades para a implantação do *Campus* e funcionamento dos cursos também precisam ser reavaliados pelo Governo Federal. Nota-se que o *Campus* Camaçari começou a funcionar em uma sede provisória emprestada pela prefeitura. Outras dificuldades apontadas foram para a montagem dos laboratórios e para a contratação de docentes. Disso, conclui-se que a expansão da rede federal precisa pautar-se não apenas na criação de novos *campi* no interior e na abertura de vagas, mas, também, nas condições adequadas de infraestrutura física, equipamentos, laboratórios e quadro de servidores.

A pesquisa mostrou que os cursos técnicos contribuem para a inserção dos egressos no ensino superior, já que, nos cursos técnicos em Informática e Eletrotécnica, a maior parte dos egressos participantes da pesquisa ingressou no nível superior, atribuindo ao curso técnico importância significativa para o acompanhamento dos conteúdos neste nível.

Em relação à inserção profissional dos egressos, o Curso de Informática apresenta fragilidades no seu alinhamento com as demandas da região. Em contrapartida, a situação do Curso de Eletrotécnica está de acordo com essas demandas.

Diante dos resultados da pesquisa, recomenda-se ao poder público, em especial à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a correção das fragilidades identificadas na proposta de expansão da rede federal de educação profissional e de implantação dos cursos técnicos na modalidade integrada, tendo em vista o aprimorar suas ações de formação. Além da ampliação do número de *campi* e de vagas nos cursos técnicos ou da interiorização dos Institutos Federais, é preciso viabilizar condições que garantam acesso dos estudantes ao ensino técnico bem como sua permanência e êxito, ressaltando, também, condições adequadas para implantação dos *campi*, quanto a infraestrutura, laboratórios, quadro de servidores técnico-administrativos e docentes, aporte de recursos financeiros para assistência estudantil, que atendam às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, realização de estudos de demanda ou pesquisas de mercado para identificar o tipo de oferta de cursos técnicos e definir os cursos alinhados com a vocação da região onde são implantados.

Em âmbito mais macro, pode-se afirmar que a política pública de educação profissional precisa estar alinhada com as políticas públicas universais de melhoria da educação básica, em especial no ensino fundamental, e de distribuição de renda.

Referências

- BRASIL. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.
- . Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.
- . Ministério da Educação e Cultura. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.
- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Políticas públicas: conceitos básicos. In: Idem. *Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação*. Salvador: Eduneb, 2012.
- CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, vol. 5, n.º 8, pp. 27-41, jan.-jun. 2011. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 27-1-2014.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Marília Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- FAGUNDES, Helenara & MOURA, Alessandra Ballinhas. Avaliação de programas e políticas públicas. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, vol. 8, n.º 1, pp. 89-103, jan.-jun. 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n.º 100 (esp.), pp. 1129-52, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: SILVA, A. B. da; GODOI, C. & BANDEIRA-DE-MELLO, R. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. São Paulo: Saraiva, 2008.

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Importância da avaliação qualitativa combinada com outras modalidades de avaliação. *Sau. & Transf. Soc.*, Florianópolis, vol. 1, n.º 3, pp. 2-11, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Expansão da Rede Federal*, 2014. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/expansao/>>.
- RAMOS, Marília Patta & SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista Adm. Pública*, Rio de Janeiro, vol. 46, n.º 5, pp. 1271-94, set.-out. 2012.
- RIPPEL, Valderice Cecília Limberge. *Avaliação de política pública: o itinerário dos egressos do projeto correção de fluxo escolar*. Doutorado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- SAMPAIO, Romilson Lopes & ALMEIDA, Ana Rita Silva. Da Escola de Aprendiz e Artífices ao Instituto Federal da Bahia: uma revisão histórica da educação profissional. In: FARTES, Vera Lúcia Bueno & MOREIRA, Virlene Cardoso (orgs.) *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: EdUfba, 2009.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Notas metodológicas para a concepção de uma nova política social para o Brasil. *RAP*, Rio de Janeiro, vol. 36, n.º 6, pp. 933-57, nov.-dez. 2002.
- SANTOS, Reginaldo Souza et al. Compreendendo a natureza das políticas públicas do Estado capitalista. *RAP*, Rio de Janeiro, vol. 41, n.º 5, pp. 813-1010, set.-out. 2007.
- SOUZA, Lanara Guimarães de. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, J. A. C. & DAZZANI, M. V. (orgs.). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: EdUfba, 2009.
- TEIXEIRA, Elinaldo. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: AATR, 2002.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. 4.^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.